

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.374 - MS (2019/0261980-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **PAULO ELI TOLDO**  
**ADVOGADO** : **IGOR DEL CAMPO FIORAVANTE FERREIRA - MS012522**  
**AGRAVANTE** : **BUNGE FERTILIZANTES S/A**  
**ADVOGADOS** : **ADILSON DE SIQUEIRA LIMA - SP056710**  
: **BRUNO CEREN LIMA - SP305008**  
: **MATEUS CEREN LIMA - SP354198**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECEU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES. 2. HONORÁRIOS. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. ORDEM DE PREFERÊNCIA. REGRA GERAL. 3. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283 DO STF. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL DE PAULO ELI TOLDO E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Paulo Eli Toldo contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Verifica-se que a agravada ajuizou execução de título extrajudicial, julgado extinto com julgamento do mérito ante o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Interpostas apelações pelas partes, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul negou provimento aos recursos, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 310):

RECURSOS DE APELAÇÃO – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS – PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

01. Aplicação do entendimento consolidado do Superior Tribunal de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Justiça (IAC no REsp 1604412/SC), no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do transcurso de um ano da suspensão do processo por ausência de bens penhoráveis (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/80).

02. Ocorrência de prescrição intercorrente, em razão da paralisação do processo por inércia do credor por período superior ao prazo prescricional da pretensão executória (Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal), depois de decorrido um ano da suspensão.

03. Na hipótese de extinção da execução em razão da prescrição intercorrente, incabível a condenação do exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista a aplicação do princípio da causalidade.

Recursos não providos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente alegou violação dos arts. 85, §§ 2º e 6º, e 1.013 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que a questão objeto da apelação restringiu-se ao pedido de alteração da base de cálculo dos honorários de sucumbência, e não à distribuição dos ônus sucumbenciais, razão pela qual a decisão recorrida extrapolou os limites jurisdicional da matéria devolvida no recurso.

Asseverou que, em regra, ao vencido deve ser atribuído os ônus sucumbenciais, contudo, na espécie cumpre observar que foi o credor, pela sua inércia, que deu causa à extinção da execução.

Afirmou, ainda, que o arbitramento dos honorários sucumbenciais seguindo o critério do valor da causa é exceção, aplicável apenas quando não houver condenação em quantia certa e for impossível determinar o proveito econômico obtido pela parte vencedora.

Contrarrazões às fls. 411–412 (e-STJ).

O processamento do recurso especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta às fls. 461–468 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

# Superior Tribunal de Justiça

De início, observa-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que, em se tratando de processo de execução extinto pela ocorrência da prescrição intercorrente, a observância ao princípio da causalidade não poderá favorecer o executado, por ser ele quem deu causa ao ajuizamento da ação ao não efetuar o pagamento ou não cumprir a obrigação de forma espontânea.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). ART. 85 DO CPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DO ADVOGADO DA PARTE EXECUTADA. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial proposta contra o cliente do advogado que recorre em nome próprio.
2. Controvérsia em torno da possibilidade de condenação da parte exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no caso de extinção do processo de execução pela prescrição intercorrente.
3. Apesar da dicção do art. 85 do CPC, nem sempre o "vencedor" e o "vencido" são, respectivamente, os únicos sujeitos passíveis de serem credores e devedores de honorários advocatícios sucumbenciais.
4. Há situações em que, mesmo não sucumbindo no plano do direito material, a parte vitoriosa é considerada como geradora das causas que produziram o processo e todas as despesas a ele inerentes.
5. "O princípio da causalidade não se contrapõe ao princípio da sucumbência. Antes, é este um dos elementos norteadores daquele, pois, de ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da sucumbência, contudo, cede lugar quando, embora vencedora, a parte deu causa à instauração da lide" (REsp 303.597/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2001, REPDJ 25/06/2001, p. 174, DJ 11/06/2001, p. 209).
6. Caso concreto em que a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não afasta o princípio da causalidade em desfavor da parte executada, nem atrai a sucumbência para a parte exequente.
7. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.  
(REsp 1.835.174/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS EM FAVOR

DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação.

2. A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.769.201/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019)

Quanto aos critérios para arbitramento dos honorários advocatícios de sucumbência, com fundamento no CPC/2015, nos termos definidos no REsp n. 1.746.072/PR, pela Segunda Seção, relatora a Ministra Nancy Andrighi, sendo relator para acórdão o Ministro Raul Araújo, DJe de 29/3/2019, este obedecem a uma ordem de vocação, ou seja, uma ordem de preferência, consoante se depreende da ementa desse julgado assim redigida:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários,

na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Na espécie, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul alterou os honorários fixados na sentença, conforme a seguir transcrito (e-STJ, fls. 317-319):

Assim, tendo a sentença que reconheceu a prescrição intercorrente consignado a responsabilidade do exequente pelo pagamento dos honorários sucumbenciais – e não havendo devolução de tal matéria pelo credor –, a base de cálculo de referida verba deve observar os critérios preferenciais estabelecidos em lei, já que o proveito econômico do executado corresponde ao valor total da dívida, com incidência de correção monetária e respectivos juros moratórios.

Não há que se falar, entretanto, na utilização do cálculo apresentado pelo contador no processo executivo, vez que inclui custas e honorários advocatícios previstos em favor do patrono do exequente, que não podem integrar a base de cálculo dos honorários devidos ao final ao patrono do executado.

De outro tanto, não há que se acolher a alegação de que a correção deve ser feita com base no INPC, vez que, segundo a reiterada jurisprudência deste Egrégio Tribunal, o IGP-M é o índice que melhor

representa a recomposição do valor aquisitivo da moeda, não havendo que se falar em sua substituição unicamente para atender aos interesses do credor.

(..)

Assim, os honorários devem ser alterados para a quantia equivalente a 10% sobre o valor da dívida, devidamente corrigida com aplicação do IGPM, e acrescida dos juros legais de 1% ao mês.

Sucumbência recursal Considerando o provimento do recurso do executado e desprovimento do recurso do exequente, incumbe majorar a verba honorária, com fundamento no §§ 11 do art. 85 do CPC, razão pela qual, levando-se em conta o grau de zelo do profissional; o lugar de prestação do serviço; a natureza e a importância da causa; bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (§2º do art. 85, CPC), fixo os honorários recursais em 2% (dois por cento) do valor atualizado da dívida, cujo importe deve ser arcado pelo apelante.

Dessa forma, o entendimento firmado pelo Colegiado estadual, no ponto, está em consonância com a jurisprudência desta Corte.

No tocante ao objeto da apelação restringir-se ao pedido de alteração da base de cálculo dos honorários de sucumbência, e não à distribuição dos ônus sucumbenciais, a Corte estadual deixou registrado o seguinte (e-STJ, fl. 332):

De fato, a distribuição do ônus sucumbencial não foi devolvida no recurso de apelação interposto pelo exequente. No entanto, não houve alteração. O princípio da causalidade foi somente o argumento utilizado para a manutenção dos honorários fixados na sentença. Isso porque, não sendo cabível a fixação de honorários em favor do patrono do executado, por óbvio também não o é a majoração, a qual ocorreria se fosse alterada a base de cálculo.

Assim, como os fundamentos do acórdão recorrido não foram atacados de forma específica nas razões do recurso especial, imperiosa é a incidência do comando da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, por aplicação analógica.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO E OCORRÊNCIA DE REVELIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE.

1. É inadmissível o recurso especial que não impugna fundamento do

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão recorrido apto, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte Estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).

2. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 765.079/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial de Paulo Eli Toldo e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito.

Publique-se.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator